

“O NÊGO SÓ SE LASCA, PROFESSORA: A CONTEXTUALIZAÇÃO DO DISCURSO DE UM ALUNO E O RACISMO NA ESCOLA PÚBLICA

Célio de Mendonça Clemente¹

RESUMO

Este trabalho trata do discurso presente na fala de um aluno preto retinto de uma escola pública e a sua relação com o racismo presente na escola. Objetiva contextualizar o discurso da fala de um aluno preto quando se dirigiu a uma gestora no espaço escolar dizendo: “o nêgo só se lasca, professora” e sua relação com o racismo dentro da escola pública. O combate ao racismo por meio de legislação educativa tem sido intensificado na sociedade, contudo, a educação para as relações étnico-raciais ainda não alcançou a formação dos professores e não foi posta em prática nas salas de aula das escolas públicas, uma vez que envolve interesses que estão imbricados na vida dos agressores que também ocupam os espaços de poder na escola e, além disso, precisa ser trabalhada a desconstrução do pensamento escravagista que ainda impera na sociedade brasileira, talvez alimentado por um discurso de que não existe racismo no Brasil. Nesse sentido, a realidade vivenciada pelos alunos pretos na escola pública, ainda excludente, possibilita que o aluno tenha uma percepção de que é tratado como “ser humano de menor valor”, fazendo-o externar esse sentimento por meio da fala falada e que está inserta no título deste trabalho. A discussão é necessária para se tomar consciência do problema e discuti-lo o que está presente no discurso presente na fala do aluno e o seu nível de consciência em relação a torna-se negro e sair da condição de objeto a sujeito das suas vivências. Fundamenta-se na análise do discurso de um aluno de uma escola pública do Ceará e sua relação com a exclusão do negro e o racismo presente na escola. Tem como base, as premissas das diretrizes para a educação para as relações étnico-raciais e autores como Kilomba (2019), Souza (2018), Debret (1834), Hooks (1989), além de outros. Os resultados apontam que a escola pública não percebeu a dimensão da fala do aluno e ainda não implementou a educação para as relações étnico-raciais e isso contribui para o preconceito, discriminação e racismo.

Palavras-chave: Discurso, Tornar-se negro, Preconceito, Discriminação, Racismo.

INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre o discurso de um aluno presente em uma fala do tipo “o nêgo só se lasca, professora” precisa levar em consideração o contexto de quem é a fala e para quem se dirige. Nesse sentido, se identifica quem é o sujeito que a produz e quais são os papéis que cabem àqueles que são interlocutores da fala, do discurso e das intenções.

Uma pesquisa que trata do discurso presente na fala de um negro retinto que fala de si mesmo e dos seus pares se justifica pela importância da fala e da percepção que ele próprio tem sobre ela. Nesse aspecto, quanto um negro fala na condição de ser, saber o que está

¹ Doutorando em Educação Contemporânea pela Universidade Estácio de Sá (UNESA), RJ. Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), SE. Professor de Matemática efetivo da rede Pública do Município de Caririaçu - CE e da rede pública estadual do Ceará. Prof.celiomendonca@gmail.com.



falando porque fala sobre si mesmo e, de alguma forma, representa os seus pares. Assim, uma pesquisa nesse tema possibilita reconhecer tanto a sua posição como sujeito que é objeto do preconceito, discriminação e racismo, quanto dizer sobre a instituição para quem se dirige e e recebe respostas da sua fala.

Nesse sentido, a pesquisa tem o objetivo de contextualizar o discurso da fala de um aluno preto quando se dirigiu a uma gestora no espaço escolar dizendo: “o nêgo só se lasca, professora” e sua relação com o racismo dentro da escola pública.

A pesquisa é qualitativa porque se deu a partir da análise do discurso presente na fala do aluno a partir da frase “o nêgo só se lasca, professora” e a partir dela buscou analisar a condição do aluno na situação de “tornar-se negro” e da perspectiva de sair da condição de objeto para o de sujeito da sua fala e vivência. Para além disso, analisou-se as observações da professora e a função da escola no sentido de implementar a educação para as relações étnico-raciais.

A pesquisa permitiu perceber que a escola precisa perceber os elementos presentes na fala do aluno e buscar perceber até uma eventual denúncia de exclusão do ambiente escolar, mas, a partir dessa perspectiva refletir sobre a necessidade de implementação da educação para as relações étnico-raciais que vá além das atividades educativas na semana ou mês da consciência negra, podendo contribuir para a superação do preconceito e discriminação racial e o racismo tanto na escola, quanto fora dela.

REFERENCIAL TEÓRICO

“Lasca”, segundo o dicionário Priberam da Língua portuguesa é “rachar ou quebrar em lascas” e, lascas quer dizer pedaços ou partes menores de um todo. No linguajar coloquial, “se lascar” significa “dar errado, se dar mal, se prejudicar ou sofrer consequências negativas”. Em quaisquer dos significados, “se lascar” traz consigo a condição de fratura, diminuição, encolhimento e, em contexto de humanidade, a redução a uma situação de inferioridade.

De acordo com a mesma fonte, “nêgo” assume o significado de indivíduo de pele muito escura, sendo uma referência ao negro retinto. Assim, a expressão “o nêgo só se lasca, professora” se ampara tanto na língua portuguesa culta, quanto coloquial, ou ainda em ambas. Mas, esse não é um detalhe necessário para legitimar o seu uso, pois, basta que o comunicador considere adequada para dizer aquilo que intenciona com o sentido que escolhe fazê-lo.

A fala do negro, mesmo não sendo pesquisador, mas comunicador e/ou denunciador do racismo também o realoca para o lugar de sujeito dos seus sentimentos e vivências, em



contraponto à condição de objeto, onde o outro, em geral branco, assume a função de falar sobre ele, determinar o seu território, sua cultura, seus valores e suas vivências.

Nesse aspecto, Kilomba (2019, p. 29) ao dizer sobre a sua fala escrita diz o seguinte:

eu sou quem descreve a minha própria história, e não quem é descrita. Escrever emerge como um ato político. O poema ilustra o ato da escrita como um ato de tornar-se e, enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predetermined.

Parece evidente que o estudante negro ou quaisquer cidadãos que faça parte desse grupo de minorias seja o sujeito da sua própria fala e/ou até faça parte da manifestação de outros sujeitos negros, desde que se sinta nela representado, inserido ou incluído. O fato de alocar-se na condição de negro ou de reconhecimento do seu território, ambientes e contextos de disputas, faz parte do ato de tornar-se sujeito e não objeto e, também de tornar-se negro.

No que diz respeito à diferença dos dois termos, Hooks (1989, p. 42) relembra que sujeitos “têm o direito de definir as suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias”, enquanto que, na condição de objetos temos “história designada somente de maneiras que definem (nossa) relação com aqueles que são sujeitos”.

A necessidade do negro “tornar-se negro” a partir da sua realidade, identidade e histórias não se aloca só campo da escrita, pois, os posicionamentos, registros históricos e construção da identidade se dão também a partir das falas e manifestações verbais. Assim, o negro passa da condição de objeto a sujeito em diversos momentos da vida, quando precisa fazer denúncias de preconceito e racismo, por exemplo, ou ainda quando precisa se colocar como protagonista daquilo que faz, seja na profissão ou nos demais campos da vida.

E tornar-se negro diz respeito a compreender-se em um corpo negro e entender que é objeto da violência racista. Souza (2021, p. 31) pondera que, “a partir do momento em que o negro toma consciência do racismo, seu psiquismo é marcado com o selo da perseguição pelo corpo-próprio. Daí por diante, o sujeito vai controlar, observar, vigiar esse corpo que se opõe à construção da identidade branca que ele foi coagido a desejar”.

Dessa forma, a população negra precisa assumir o seu lugar de fala e ser cômico da sua posição de sujeito e não de objeto, seja dos ambientes ou das pesquisas, mas, também das suas falas, manifestações e vivências. Não há como saber a dimensão das ranhuras que o racismo deixa na alma quando a pessoa não sofreu o ato. Assim, tem mais sentido que o negro possa discorrer sobre, não como única autoridade, mas, com a legitimidade de quem sofre ou vivencia os prejuízos psicológicos, sociais, culturais e de outras ordens, dele decorrentes.



O lugar de fala aqui compreendido não diz respeito às tensões de quem pode ou não, falar. As discussões a respeito disso com autoras e autores negras e negros dão a indicação de que todas e todos têm o direito de fala e, em última hipótese, este for negado, é preciso levantar a voz e até gritar para que a nossa voz seja ouvida, principalmente, quando se fala em nome da própria história, identidade e/ou vivências (Kilomba, 2019; Ribeiro, 2019).

Assim, parece clarividente que a fala do povo negro não precisa de validação para comunicar aquilo que intenciona fazê-lo. Ainda mais quando sua fala é carregada de denúncias ou de comunicação de fatos vividos ou de uma realidade evidente. No mesmo sentido, quando se trata das causas e questões da população negra, não há que se dá o direito de outrem aprovar ou não o seu discurso, mesmo porque não sendo discurso dominante, é preciso conceber a sua existência, relevância e inclusão nas discussões da sociedade atual.

Sob esse ponto de vista, falar na necessidade de validação por outrem, do discurso da população negra e dos seus sujeitos em seu próprio nome, significa tentar negar, a sua identidade, as suas vivências, a sua história e a sua própria existência.

Para a população negra não há como construir uma identidade própria sem falar do discurso de inclusão, antirracismo e ancestralidade porque esse grupo minoritário ainda não foi incluído nas políticas públicas estatais de reparação, ainda sofre as dores do racismo e tem imbricações com a história afro e vivências ancestrais, seja, elas de quaisquer ordens. Assim, a realidade de apagamento da história afro e a condição de escravização do negro são dois aspectos da ancestralidade que perpassaram os séculos e ainda hoje são perceptíveis, seja na ausência de reparação, na mentalidade escravagista dos herdeiros dos “senhores de engenho”, na ausência de uma educação para as relações étnico-raciais ou de uma educação antirracista.

Sobre a ancestralidade de submissão, é preciso lembrar, por exemplo, que a condição de escravização não parecia suficiente, pois, sequer o direito de tentar a fuga, por meios quaisquer era permitido, uma vez que, segundo a percepção do direito e do costume da época, os castigos deveriam ser em uma intensidade tanta que poderia levar à morte, ou até mesmo a aplicação desta como pena.

A respeito dos castigos físicos, Debret (1834, p. 264) descreve da seguinte forma:

Porisso, todos os dias, entre 9 e 10 horas da manhã, pode-se ver sair a fila de negros para serem punidos; vão eles presos pelos braços, de dois em dois, e conduzidos sob escolta da polícia até o local designado para o castigo, pois existem, em tôdas as praças mais frequentadas da cidade pelourinhos erguidos com o intuito de exhibir os castigados que são em seguida devolvidos à prisão. Aí o carrasco bebe o *direito de pataca*, por 100 chicotadas aplicadas. De regresso à prisão a vítima é submetida a uma segunda prova não menos dolorosa: a lavagem das chagas com vinagre e pimenta, operação sanitária destinada a evitar a infecção do ferimento. Se o negro é muito nervoso é preciso sangrá-lo imediatamente, precaução que se toma sempre em



relação às negras. A lei permite ainda que o senhor deixe o escravo na prisão mediante pagamento de uma pensão de dois vinténs por dia, ou para puni-lo ainda mais ou para esperar o momento de vendê-lo. Essas penas são rigorosas, mas há outras bárbaras. Assim, a que condena à morte pelo açoite o negro *calhembor* (90), fugitivo preso como chefe de *quilombo*, isto é, chefe de um grupo de negros que constitui uma pequena aldeia escondida nas florestas virgens, abastecendo-se por meio de roubos efetuados em excursões noturnas (*sic*).

A descrição do escritor e paisagista francês traz aspectos da realidade do cotidiano da sociedade escravagista nas primeiras décadas do século XIX e enfatiza alguns aspectos dos castigos impostos aos escravizados em praça pública, com a bênção da Igreja Católica que era a religião oficial e com a autorização da legislação vigente.

Tanto o poder Divino quanto o estatal autorizavam tais ritos e cruezas, assim como, os determinavam humanos e legais. Não fosse a autoridade do rei, suficiente para determinar que aquilo poderia ser feito, a autoridade Divina também o referendava. E não é difícil de imaginar uma cena em que, após ordenar e/ou comandar uma seção de castigos físicos ou de até mortes, o senhor de engenho e sua família se dirigissem à capela ou à igreja para orar com fervor a oração do Pai-nosso e ao final dizer “[...] perdoai as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido. E livrai-nos do mal. Amém”.

É evidente que, com duas instituições tão poderosas quanto a Igreja e o Estado, o discurso que se sobrepunha é o da legalidade e o religioso e, isso repercutia de forma dominante na sociedade. Pelo menos entre a população não negra.

Sobre isso, Debret (1834, p. 265) acrescenta:

O povo admira a habilidade do carrasco que ao levantar o braço para aplicar o golpe arranha de forma leve a epiderme do prisioneiro deixando-a em carne viva depois da terceira chicotada. Conserva ele o braço levantado durante o intervalo de alguns segundos entre cada golpe, tanto para contá-los em voz alta quanto para economizar suas forças até o final da execução. Aliás tem o cuidado de fabricar êle próprio o seu instrumento, afim de facilitar essa tarefa. Trata-se com efeito de um cabo de chicote com um pé de comprimento com 7 ou 8 tiras de couro bastante espessas e bem secas e retorcidas. Êsse instrumento contundente nunca deixa de produzir efeito, quando bem sêco, mas ao se amolecer pelo sangue precisa o carrasco trocá-lo, mantendo para isso 5 ou 6 a seu lado no chão. O lado esquerdo da cena está ocupado por um grupo de condenados enfileirados diante do pelourinho onde o carrasco acaba de distribuir 40 ou 50 chibatadas. E’ natural que entre os assistentes os mais atentos sejam os dois negros das extremidades do grupo, pois cabe-lhes em geral a um ou outro substituir a vítima mandada para o pau da paciência, como se chama o pelourinho; por isso suas cabeças abaixam à medida que as chicotadas aumentam. E’ no pelourinho que se pode avaliar o caráter do negro castigado e o grau de irritabilidade de seu temperamento geralmente nervoso. Acontece mesmo que modifique na execução o número de golpes, em vista do esgotamento das forças do indivíduo demasiado impressionável, o que me foi dado verificar com um jovem mulato, escravo de um rico proprietário. Embora fortemente amarrado, como mostra o desenho, a dôr dar-lhe energia suficiente para se erguer na ponta dos pés a cada chicotada recebida, movimento convulsivo tantas vezes repetido que o suor da fricção do ventre e das coxas da vítima acaba polindo o pelourinho a certa altura. Esta marca sinistra se encontra em todos os pelourinhos das praças públicas.



Entretanto alguns condenados (e êstes são temíveis) demonstram uma grande força de caráter, sofrendo em silêncio até a última chicotada. [...]. (sic)

A descrição do texto consiste de registro histórico e, essencial para o conhecimento da realidade de então, inclusive, sobre as impressões do autor sobre os fatos. Não trata-se somente de registro de uma cena da realidade escravagista, mas, também das impressões do autor sobre os escravizados e sobre aquilo que presenciou. Assim, também registra o sentimento do povo em relação àquilo que presencia, mostrando inclusive, admiração.

O sentimento de admiração do povo pelos atos do carrasco é a materialização da hegemonia do discurso simbólico e uma demonstração do poder do Estado e da Igreja em relação à população escravizada, mostrando os castigos como atos corriqueiros do cotidiano dos visitantes do pelourinho, tendo deste povo, um sentimento de admiração.

O fato dos ancestrais terem sido retirados de suas terras, onde eram reis, rainhas e/ou pessoas livres e, passaram a padecer de “desumanidades” como as descritas no texto de Debret, pode impulsionar um discurso de reparação por parte da população negra, mas, antes de tudo, ela tem o choque do preconceito e do racismo que ainda impera na sociedade brasileira sob o véu de que somos uma sociedade miscigenada e, portanto, não existe racismo.

A reparação e o combate ao racismo precisam ser encampados pelo Estado, uma vez que, a escravização de seres humanos foi abolida e o racismo passou a ser uma prática criminosa (Brasil, 1989). Mas, como uma mudança de paradigma não se dá por decreto, é necessário educar as pessoas e, se preciso puni-las, mas, sobretudo, dar acesso a direitos fundamentais para aquela população que por descender daqueles seres humanos que foram subjulgados à condição de propriedade e ao trabalho escravo, não teve oportunidade de ascender na vida sem a justiça social e a ação reparadora do Estado.

A educação para as relações étnico-raciais parece ser um caminho para reconhecer a necessidade de reparação para a população negra e um instrumento para desenvolver ações de combate ao racismo e educar os estudantes da educação básica. Nesse aspecto, a escola enquanto ente estatal responsável pela educação formal não pode abdicar desse papel social.

Não é sem razão que, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasil (2004, p. 11) já preponderavam que,

a demanda por reparações visa a que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Visa também a que tais medidas



se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações.

A reparação ocorre pela educação, mas é necessário que as instituições escolares adotem práticas educativas de inclusão, de combate ao racismo e de reparação por meio delas. É verdade que o ensino da história e cultura afro-brasileira é um ponto de partida, mas, é preciso que os estudantes negros sintam que a escola também é dele, que as ações educativas dizem respeito àquilo que pretende para si e que pode ascender a partir da educação.

É preciso que as ações de inclusão na escola dê-lhe condição de matrícula e permanência na escola com sucesso. Isso quer dizer, acesso aos saberes, preparo para a cidadania, para o trabalho e para prosseguir na educação superior se desejar fazê-lo. Para além dessas questões que são inerentes aos estudantes em geral, é necessário que a população negra seja acolhida sem preconceito e que as ações contra o preconceito racial e racismo visem combatê-los e educar os estudantes.

Para a educação para as relações étnico-raciais, Brasil (2004, p. 14) concebe-se que,

para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente. Como bem salientou Frantz Fanon (3), os descendentes dos mercadores de escravos, dos senhores de ontem, não têm, hoje, de assumir culpa pelas desumanidades provocadas por seus antepassados. No entanto, têm eles a responsabilidade moral e política de combater o racismo, as discriminações e, juntamente com os que vêm sendo mantidos à margem, os negros, construir relações raciais e sociais sadias, em que todos cresçam e se realizem enquanto seres humanos e cidadãos. Não fossem por estas razões, eles a teriam de assumir, pelo fato de usufruírem do muito que o trabalho escravo possibilitou ao país.

Trabalhar a educação para as relações étnico-raciais não consiste de uma escolha da escola enquanto aparato estatal a serviço da educação escolar. Antes, consiste de uma obrigação e, o projeto político pedagógico precisa contemplar essa vertente da educação, na medida em que precisa trabalhar práticas de justiça social e construção da paz. Dessa forma, desenvolver atividades educativas contra o preconceito racial e antirracistas faz parte da construção de um discurso dessas práticas.

Dessa forma, é preciso ensinar e aprender o significado do trinômio racismo-discriminação-preconceito e como se materializam na prática. A partir daí, é necessário combater a sua ocorrência de forma individual ou imbricada. No contexto educativo das relações étnico-raciais, o racismo está imbricado com ideologias e atitudes fundadas em preconceitos raciais, comportamentos discriminatórios, disposições estruturais e práticas institucionalizadas que provocam a desigualdade racial, assim como a ideia falaz de que as relações discriminatórias entre grupos são moral e cientificamente justificáveis (Brasil, 2004).



A discriminação racial é uma das faces do racismo, pois relaciona-se à ação do sujeito que tem preconceito racial e, portanto, se materializa quando uma pessoa externa por meio de palavras ou ato que desqualifica a outra pessoa em termos raciais, agredindo, obstaculizando ou deixando de empregar alguém, por considerar a pessoa racialmente diferente. E o preconceito é um sentimento anterior à construção de um conceito, assim, é preciso estudar, conhecer, conviver e experimentar. Sendo o preconceito uma resposta sem resposta, é necessário estudar para conhecer, formalizar um conceito e responder (Brasil, 2004).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma reunião de escola, daquelas de grupo de professores por área do conhecimento acontece com a repetição de informes e de cobranças por detalhes daquilo que se pretende trabalhar em cada sala e daquilo que já se houvera trabalhado. É necessário manter o controle de tudo que se ensina e se aprende numa escola de educação básica. Não somente porque é preciso aprender este e não aquele conteúdo, mas, é preciso ‘treinar para as provas’ e justificar que os conteúdos foram ministrados e os estudantes, eventualmente, não aprendeu.

A monotonia da reunião é quebrada pela presença no portão da escola, de um aluno preto retinto, com cerca de dezoito anos e ávido para voltar a estudar, ainda que o ano letivo tenha iniciado há cerca de três meses. “Uma professora se assustou: – Pronto. Perdemos o sossego da sala X. Vai vir só pra atrapalhar os resultados”.

Outra professora se apressou em atender ao aluno e disse: “– Vamos resolver. Volta em cerca de dez minutos e dá o veredicto: “– Pronto. Resolvido. Não vai estudar, pelo menos por este ano. Dissemos a ele que chegou muito tarde e que não tinha mais como matricular porque o censo já fechou. Se ele quiser, pode vir no próximo ano”. O agora, ex-aluno foi embora e a conversa segue, enquanto a professora que o atendeu, acrescenta: ele disse a frase “o nêgo só se lasca, professora”. – Acho que ele ouviu por aí.

Essa conversa se deu no contexto do cotidiano de um dia de trabalho escolar de uma escola pública da educação básica e, a frase marcante é: “o nêgo só se lasca, professora”. Uma frase carregada de significados porque foi dita por um jovem de dezoito anos, trabalhador e postulante à continuar na vaga de estudante da escola que estudara no ano anterior que naquele momento lhe fora negada. Como supunha-se que acontecera, ele não escutou a frase por aí, ele próprio já tivera oportunidade de, ao sair do seio familiar, ingressar na escola há pelo menos doze anos antes e perceber que era diferente por ser negro retinto.



É sempre na escola que o negro encontra pessoas diferentes e alguém que o julga “ser humano a menor” em função da cor da pele e, em geral, para uma criança de seis anos é um choque ter essa percepção em um ambiente onde julga-se encontrar sempre algo bom para além do conhecimento. Não é este um momento de tornar-se negro, conforme preceitua Souza (2021) porque ainda não há maturidade para tomar consciência do racismo e lutar contra ele.

Assim, é um equívoco pensar que ao dizer, “o nêgo só se lasca, professora”, o jovem de dezoito anos está reproduzindo uma frase solta e desconectada da realidade e só porque a ouviu por aí. Pouco mais de uma década convivendo em ambientes fora da família, já é suficiente ter vivência de preconceito, discriminação e racismo que referente a sua fala e apontar que aqueles que pertencem grupo minoritário sofre revezes em função da cor da pele.

Dessa forma, quando um negro retinto, utiliza o termo “o nêgo só se lasca, professora” para se comunicar com uma profissional docente no ambiente escolar, está tentando comunicar para além de uma expressão que parece simplória, recreativa ou sem significados aparente, portanto, o seu uso está carregado de experiências e acrescenta uma denúncia de racismo presente nas suas vivências, tanto dentro quanto fora da escola.

O discurso presente na fala do aluno revela que a sua compreensão é de que ele próprio, enquanto sujeito de pele retinta e seus pares, como o próprio significado da expressão se apresenta, sofre revezes que o coloca na posição de “parte a menos de um todo”, mas não no sentido de composição deste, e sim como uma parte fraturada de algo maior.

É uma fraseologia própria da fala da população negra e carregada de vivências e de ancestralidades, porque não é possível falar somente do racismo sofrido por si, mas do acúmulo de sofrimentos e traumas dos ancestrais que perpassam para os descendentes da população que por quase quatrocentos anos foi condenada à escravidão e ao tratamento como “ser humano a menor”.

A esse respeito, Nogueira (2020) acrescentaria que as chibatadas dadas nos nossos ancestrais ainda ardem no nosso lombo. Parece suficiente a percepção de que os ancestrais da população negra sofreram revezes físicos e psicológicos que nos causam dores até hoje. E não precisa tê-los presenciado, a descrição do francês Debret é clarividente em relação aos castigos físicos e em relação ao que a população não escravizada sentia em relação aos atos do carrasco. Para além dessa questão, a falta de acolhimento estatal nos direitos fundamentais durante mais de um século após a lei áurea também aloca o negro retinto em uma posição de submissão, de pobreza, preconceito, discriminação e racismo.

Tal realidade parece desvelar o fato de que o estudante negro ao falar que. “o negro só se lasca” está no lugar de fala e assume, mesmo que de forma, não deliberada a sua condição



de tornar-se negro. E para que isso ocorra é preciso a tomada de consciência sobre o que é, as limitações e a necessidade de tomar parte nas tensões que ocorrem na sociedade, inclusive, as de enfrentamento do racismo (Ribeiro, 2019; Souza, 2021). Não trata-se, ao dizer que o estudante tem lugar de fala, é uma autoridade intelectual nas discussões sobre o racismo, mas de considerar que ele assume a posição de objeto dessa prática criminosa e, portanto, a sua fala deve ser considerada enquanto, sujeito que pode dizer sobre as suas vivências.

Nesse contexto, mesmo não fazendo pesquisa científica ou escrevendo sobre a questão racial, pode ser uma tentativa dele de tornar-se sujeito daquilo que vivencia e não objeto. Talvez, uma tentativa de denunciar que o preconceito, a discriminação e o racismo estão presentes na sociedade e na escola e tem os corpos negros como objeto de alcance. Possivelmente tenha tentado comunicar que acabara de ser excluído de um direito fundamental em função da cor da pele.

A fala do aluno não é frugal e nem desconectada da realidade. Pode não trazer consigo, a consciência da dimensão da luta que deve ser travada para a mudança de comportamento social em relação ao preconceito, à discriminação e ao racismo (Brasil, 2004), mas, incorpora o discurso de que é preciso reconhecer a realidade pela qual passa a população negra e se dá conta dos reveses pelos quais ela passa. Não traz consigo a consciência de que a sua fala deve ser instrumento de mudança da realidade, mas compreende aquilo que é e como se aloca no contexto social em função de ser um negro retinto.

Não é possível dizer na sua plenitude que o estudante na sua fala, tenha considerado sair da sua condição de objeto para a condição de sujeito da sua própria fala, vivências, convivências e escrevivências, até porque não se utilizou do texto escrito, mas, falou de si mesmo e dos seus com posicionamento proativo e que provocou reflexões a respeito da sua realidade e do racismo na escola pública (Hooks, 1989; Kilomba, 2019).

Quando se fala em racismo na escola pública não se trata de dizer que alguém esteja praticando crimes raciais no interior da escola. Não que isso seja uma prática latente e perceptível, mas, as questões de discriminação e preconceito fazem parte do cotidiano escolar e das práticas educativas que ainda não acolhem as premissas da educação para as relações étnico-raciais previstas nas diretrizes para essa modalidade de educação.

Assim, a fala de que “o negro só se lasca, professora” chama a atenção para a necessidade de implementar a educação para as relações étnico-raciais na escola, não na perspectiva de tema transversal, mas, como parte integrante do currículo. Isso significa, estudar, refletir, compreender e praticar o que aprendeu no sentido de modificar o comportamento na escola e na comunidade.



Nesse contexto, a escola precisa trabalhar a história e a cultura afro brasileira, mas, também fazer emergir as dores e tensões da ancestralidade e da contemporaneidade porque só é possível promover a mudança a partir daquilo que se conhece. Assim, a educação para as relações étnico-raciais não é uma opção facultativa para a escola e precisa incorporar os conceitos de inclusão, reparação, promoção da justiça social e construção de cultura de paz.

A construção de um projeto pedagógico que trabalhe as premissas da educação para as relações étnico-raciais é necessária porque o Estado-educador não pode abdicar do seu papel e, por exemplo, a percepção de que um estudante negro teve o acesso à escolas negado é um indicativo de que precisa estar mais atenta aos detalhes da inclusão da população negra na escola e para a mudança de paradigma para mudar a realidade de preconceito, discriminação e até racismo no ambiente escolar.

Por exemplo, a construção de um discurso de educação para as relações étnico-raciais que perpassasse a semana ou o mês da consciência negra, além de educar os estudantes para o respeito aos direitos humanos e à população negra, também previne a ocorrência de bullying relacionado às questões raciais e até evita casos de racismo entre os seus estudantes. A discurso presente na fala do aluno quando diz “o negro só se lasca, professora” é um indicativo de que a população negra precisa se alocada do lugar de “ser humano a menor” para uma posição de igualdade com a população não negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso presente na fala do aluno apresenta uma certa consciência em relação ao cotidiano de si próprio e da população negra. Não se consolida como uma realocação consciente do estado de objeto para o de sujeito das suas próprias vivências e escrevivências, mas, incorpora o fato de ser cômico do conhecimento de si e da sua condição.

A interação com a professora revela que faltou cuidado ao contexto de inclusão do aluno e sua representação enquanto sujeito parte de uma minoria e, até uma dúvida sobre o que pretendia comunicar na sua fala, como se não fosse consciente da sua condição de sujeito que é objeto de preconceito e discriminação no ambiente escolar e fora dele.

A fala revela uma certa consciência sobre o fato de tornar-se negro e aponta para o fato de que a escola ainda precisa adotar nas suas práticas educativas a educação para as relações étnico-raciais. E isso se impõe em função da escola ser o aparato estatal em favor da educação formal e por isso mesmo, incumbe-lhe o papel de educar para o respeito aos direitos humanos e para mudança do comportamento ligado ao preconceito, discriminação e racismo.



Enfim, a escola precisa construir um projeto político pedagógico que desenvolva práticas educativas para as relações étnico-raciais que precisam ir além das atividades desenvolvidas de forma transversal e concentradas na semana ou no mês da consciência negra. Uma prática fundada neste princípio, mais limita o conhecimento sobre a temática do que amplia as possibilidades de aprendizagem para os seus alunos.

A pesquisa tem limitações porque poderia se ampliar no ambiente escolar para ter a percepção de outros alunos que fazem parte deste grupo minoritário, mas traz contribuições relevantes porque possibilita reflexões sobre a temática tanto no ambiente acadêmico quanto laboral, podendo ser premissas para mudanças no processo educativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.** Define os crimes resultantes de raça ou de cor. Brasília: Casa Civil, 1989.

BRASIL. Secretaria da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC/SEB, 2004.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.** Trad. MILLIET, Sérgio. São Paulo: Martins, 1834.

HOOKS, Bel. **Talking back: thinking feminist, talking black.** Boston: South End Press, 1989.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Trad. OLIVEIRA, Jess. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa.** São Paulo: Jandaíra, 2020.

PRIBERAM. **Dicionário de língua portuguesa.** Disponível em: dicionario.priberam.org. Acessado em 20.Out.2025.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** São Paulo: Pólen, 2019.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

